CICLO DE ENCONTROS DE APOIO INSTITUCIONAL ÀS ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA

I Encontro Nacional – “Perspectivas de apoio institucional às Escolas de Saúde Pública"

Brasília, 05 e 06 de novembro de 2019

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

IMS – Instituto de Medicina Social

Organização Pan-Americana da Saúde – Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde

Ministério da Saúde

Pátria Amada Brasil – Governo Federal

CICLO DE ENCONTROS DE APOIO INSTITUCIONAL ÀS ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA

Objetivos

- Apresentar os objetivos e as estratégias metodológicas do Projeto sobre Apoio Institucional às Escolas de Saúde Pública sob a tríade ensino-pesquisa-extensão
- Validar os resultados obtidos na fase de coleta de dados (acesso aos sites institucionais, arcabouço jurídico normativo e *aplicação do survey*)
- Pactuar agenda de trabalho para realização de 4 Encontros Nacionais considerando temas prioritários que subsidiem a formulação de um plano de fortalecimento para as ESP do SUS.

CICLO DE ENCONTROS DE APOIO INSTITUCIONAL ÀS ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA

I Encontro Nacional – "Perspectivas de apoio institucional às Escolas de Saúde Pública" integrará duas oficinas de trabalho com os dirigentes/representantes das Escolas de Saúde Pública

1. Oficina de trabalho ***"Diagnóstico situacional das Escolas de Saúde Pública"***
Objetivos: Apresentar, discutir e validar os resultados preliminares do projeto junto aos dirigentes das Escolas de Saúde Pública.

2. Oficina de trabalho ***"Perspectivas de apoio institucional às Escolas de Saúde Pública"***
Objetivos: Apresentar e discutir o referencial e as possibilidades de apoio institucional às Escolas de Saúde Pública, tendo em vista as necessidades identificadas no diagnóstico preliminar; pactuar agenda de trabalho que contemple a proposta de apoio institucional a partir dos encontros subsequentes; e discutir possibilidades de visitas técnicas às Escolas de Saúde Pública.

O Projeto

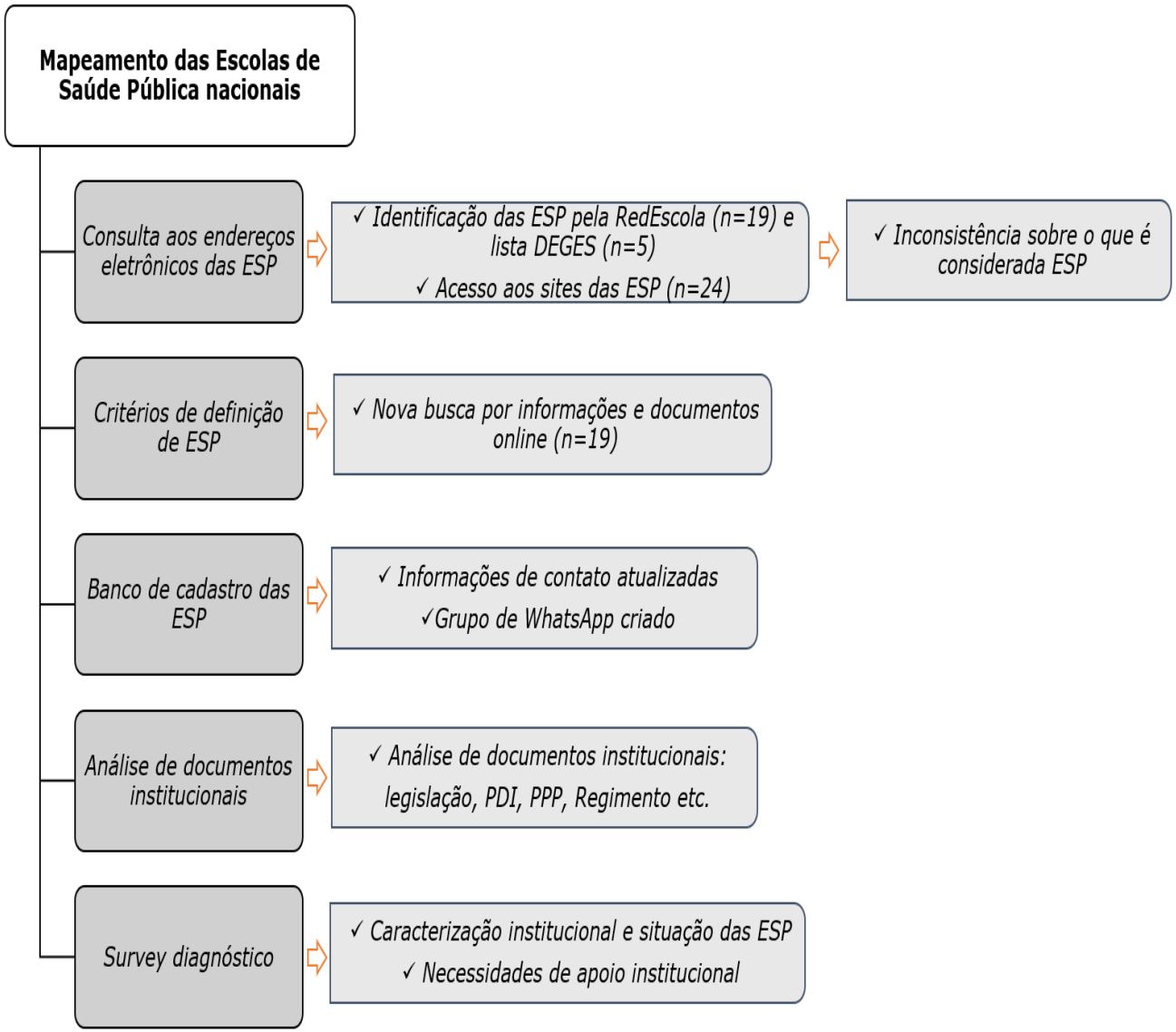
Pretende-se fortalecer a capacidade de gestão das instituições, na perspectiva da descentralização da gestão e da autonomia e subsidiar o desenvolvimento institucional e seus processos políticos, gerenciais e pedagógicos, com vistas a qualificar a sua atuação e seu valor social.

O projeto assume como propositura principal promover o desenvolvimento de ações, fundamentadas nos pressupostos do apoio institucional em saúde, para o fortalecimento da atuação das Escolas de Saúde Pública do País, ancoradas na tríade ensino-pesquisa-extensão, com a finalidade de se alcançar uma formação em saúde mais coerente e adequada aos complexos desafios e necessidades atualmente exigidos pelo SUS.

Apoio institucional às Escolas de Saúde sob a tríade do ensino-pesquisa-extensão

Objetivo geral	Questões norteadoras	Objetivos específicos	Estratégias metodológicas
Realizar um conjunto de ações, fundamentadas nos pressupostos do apoio institucional em saúde, para o fortalecimento da atuação das ESP, ancoradas na tríade ensino-pesquisa-extensão, com a finalidade de se alcançar uma formação em saúde mais coerente e adequada aos complexos desafios e necessidades atualmente exigidos pelo SUS.	Qual a missão e o papel das Escolas de Saúde Pública no SUS? Quais os critérios mínimos para o funcionamento de uma ESP?	Promover a interação da equipe técnica do DEGES/SGTES com a comunidade docente, com os profissionais técnicos-administrativos, com os gestores e dirigentes das ESP do SUS, tendo o apoio institucional como norteador do processo;	Mapeamento de experiências internacionais de instituições de formação de profissionais de saúde (Escolas de Saúde Pública), com destaque para as práticas e mecanismos utilizados que articule formação e modelo de atenção à saúde (desenvolvimento institucional e projeto político pedagógico integrado); Mapeamento das Escolas de Saúde Pública de âmbito estadual e municipal com atividades de formação latu sensu; Realizar revisão bibliográfica sobre o tema do apoio institucional em saúde, com vistas a constituir um painel de apoio institucional e o fortalecimento das Escolas de Saúde Pública; Realizar Oficinas de Trabalho com as ESP e com Especialistas para traçar linhas para a formulação de projetos e ações de formação com vistas ao plano de fortalecimento das ESP; Realizar um Seminário Nacional sobre modelos e protocolos para a acreditação de Escolas de Saúde Pública desenvolvidos nacional e internacionalmente.
	As ESP como espaços de formação e qualificação dos trabalhadores do SUS desempenham suas funções em conformidade às demandas do SUS?	Mapear, acompanhar e analisar as ações e programas desenvolvidos pelas ESP;	
	Como estão sendo desenvolvidos os processos de educação articulados às demandas de saúde? Que mecanismos são utilizados?	Levantar aspectos consideráveis para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem a partir de medidas de acompanhamento e apoio institucional;	
		Elaborar um plano de fortalecimento para ESP em direção à melhoria da formação e qualificação dos profissionais e trabalhadores do SUS e à acreditação de processos institucionais conforme padrões estabelecidos por instancias internacionalmente reconhecidas.	

Figura 1. Fluxo das etapas desenvolvidas com o objetivo de mapear as Escolas de Saúde Pública nacionais. Brasil, set. 2019



Escolas de Saúde Pública: informações disponibilizadas no site das ESP

Resultados do *Survey*

Identificação dos blocos do survey

Categorias	Subcategorias
1. Identificação da Instituição	1. Dados Cadastrais 2. Caracterização Administrativa (ato de criação; natureza jurídica; público alvo; ente federado mantenedor; subordinação institucional e organizacional.
2. Caracterização da Direção da Escola	3. Perfil do Diretor (gênero; idade; formação; vinculação institucional; situação funcional; carga horaria; atividades fora da escola; tempo no cargo; tempo na instituição; experiência anterior(gestão e docência)). 4. Características da Direção da Escola (denominação do cargo; composição/estruturação; mecanismo de indicação do dirigente; parcerias institucionais; ações desenvolvidas segundo responsabilidade das áreas; apoios institucionais).
3. Estrutura da Escola	5. Características físicas (sede da escola; estrutura física (salas, biblioteca, etc.); adequação e suficiência das instalações da escola).
4. Organização e planejamento Político Pedagógico	6. Certificação, regimento; PDI; regionalização; PPP; gestão acadêmica.
5. Caracterização da oferta e da demanda	7. Tipo de atividades; modalidade e periodicidade das ofertas; definição das ofertas; publico atendido pela escola.
6. Estratégias de comunicação e divulgação	8. Ações de comunicação e divulgação; canais de comunicação utilizados; site disponível; gestão das informações disponibilizadas; outras formas de disseminação do conhecimento (boletins, revistas etc.); participação em editais de órgãos de fomento.
7. Avaliação e Monitoramento	9. Mecanismos de avaliação e monitoramento; foco da avaliação.
8. Gestão Orçamentária e Financeira	10. Definição e autonomia orçamentária e financeira; execução orçamentária; captação de recursos; suficiência de recursos financeiros.
9. Opinativas	11. Autonomia do dirigente; instrumentos de gestão utilizados; parcerias institucionais; dificuldades enfrentadas; aspectos positivos; necessidade de apoio institucional;

O Cenário de Estudo: Escolas de Saúde Pública

O estudo foi dirigido a 19 Escolas de Saúde Pública segundo o critério de ofertar a modalidade de ensino *lato sensu.*

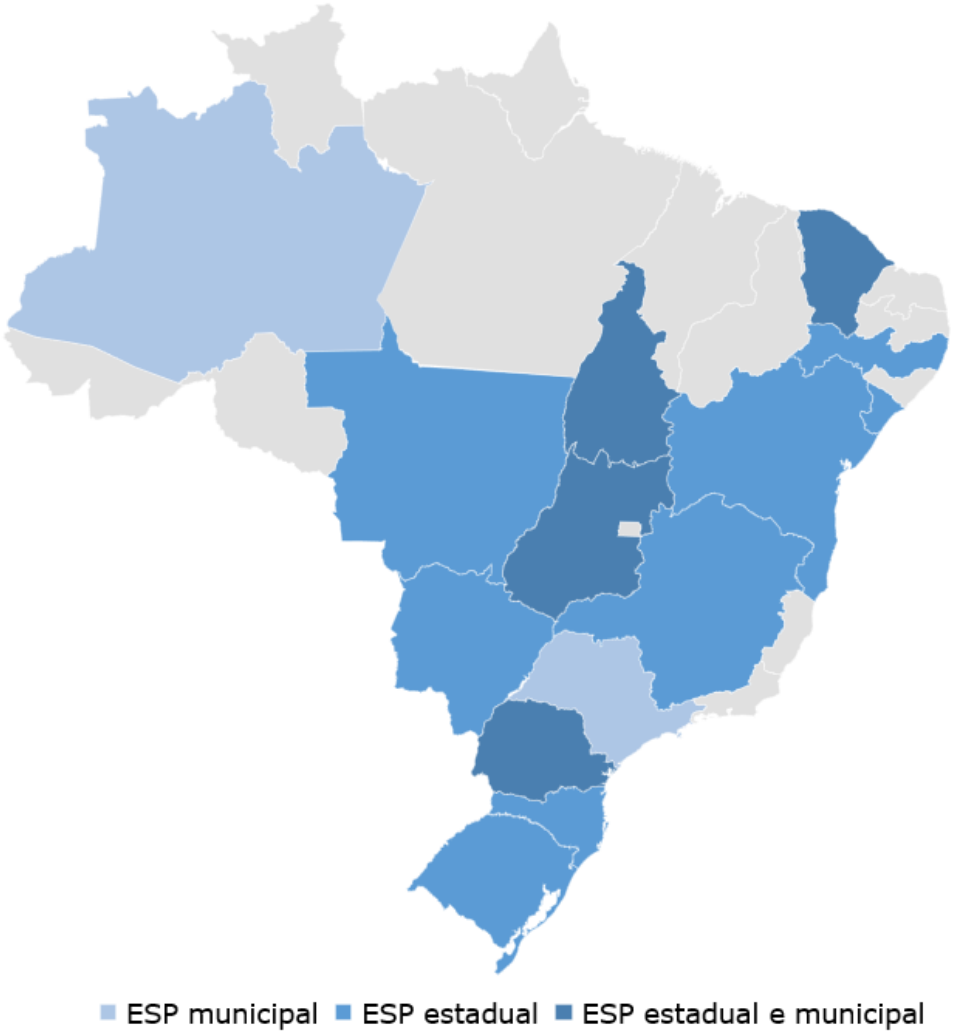
Distribuídas em 14 estados, 12 Escolas do âmbito estadual e 7 municipais.

Destaca-se que o Estado do **Ceará** conta com **3 Escolas** de Saúde Pública: 1 estadual e 2 municipais (Sobral e Iguatu); o Estado do **Paraná** possui 1 estadual e 1 municipal (São Jose dos Pinhais); o Estado de **Tocantins** possui 1 Estadual e 1 municipal (Palmas); Estado de **Goiás** 1 Estadual e 1 Municipal (Aparecida de Goiânia).

O estado do **Amazonas** e de **São Paulo** contam com **1 Escola Municipal nas capitais.**

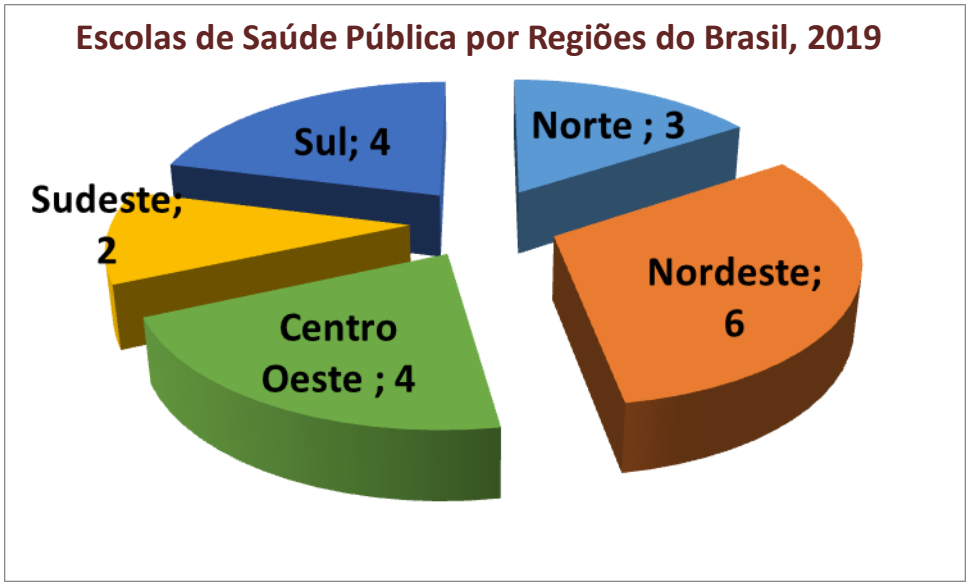
(Figura 1).

Figura 2. Distribuição das Escolas de Saúde Pública incluídas no projeto. Brasil, 2019 (n=19)



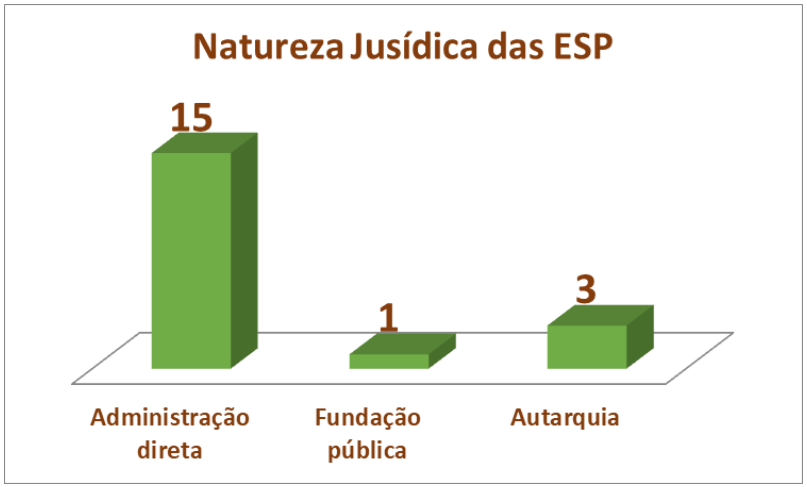
Identificação da Instituição - ESP

- 12 ESP do âmbito estadual
- 07 ESP do âmbito municipal
- A maior parte das sedes das ESP se localizam em capitais de unidades da federação;
- Denominação do Cargo: Assessor, Diretor, Coordenador, Superintendente



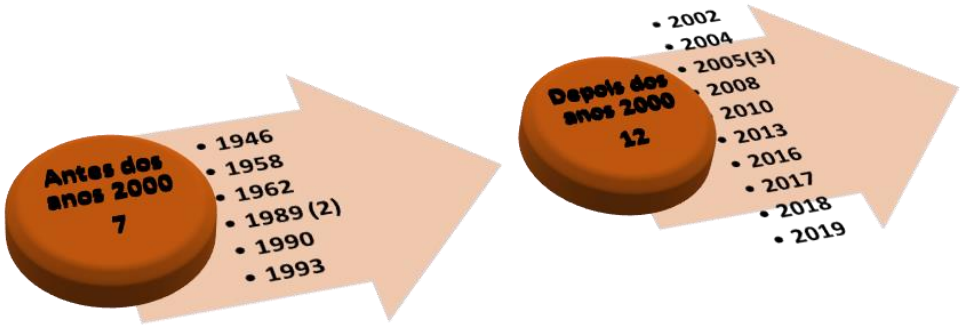
Caracterização administrativa

- Entre as 19 ESP, 15 são administradas diretamente pelos estados/munícipios, três são autarquias e uma constitui-se fundação pública;



- a maioria é subordinada à alguma estrutura da secretaria de saúde (17);
- a ESP mais antiga data de 1946 e a mais recente de 2019;

Figura 3: Linha do Tempo do ano de criação das Escolas de Saúde Pública, 2019.



Caracterização administrativa

- A lei ordinária ou complementar foi o ato normativo que criou dez ESP, enquanto por meio de decreto foram criadas as outras nove;
- 12 ESP possuem sede própria; 5 sede alugada e 2 cedidas por outro Órgão

Quanto ao público que a Escola de Saúde Pública atende

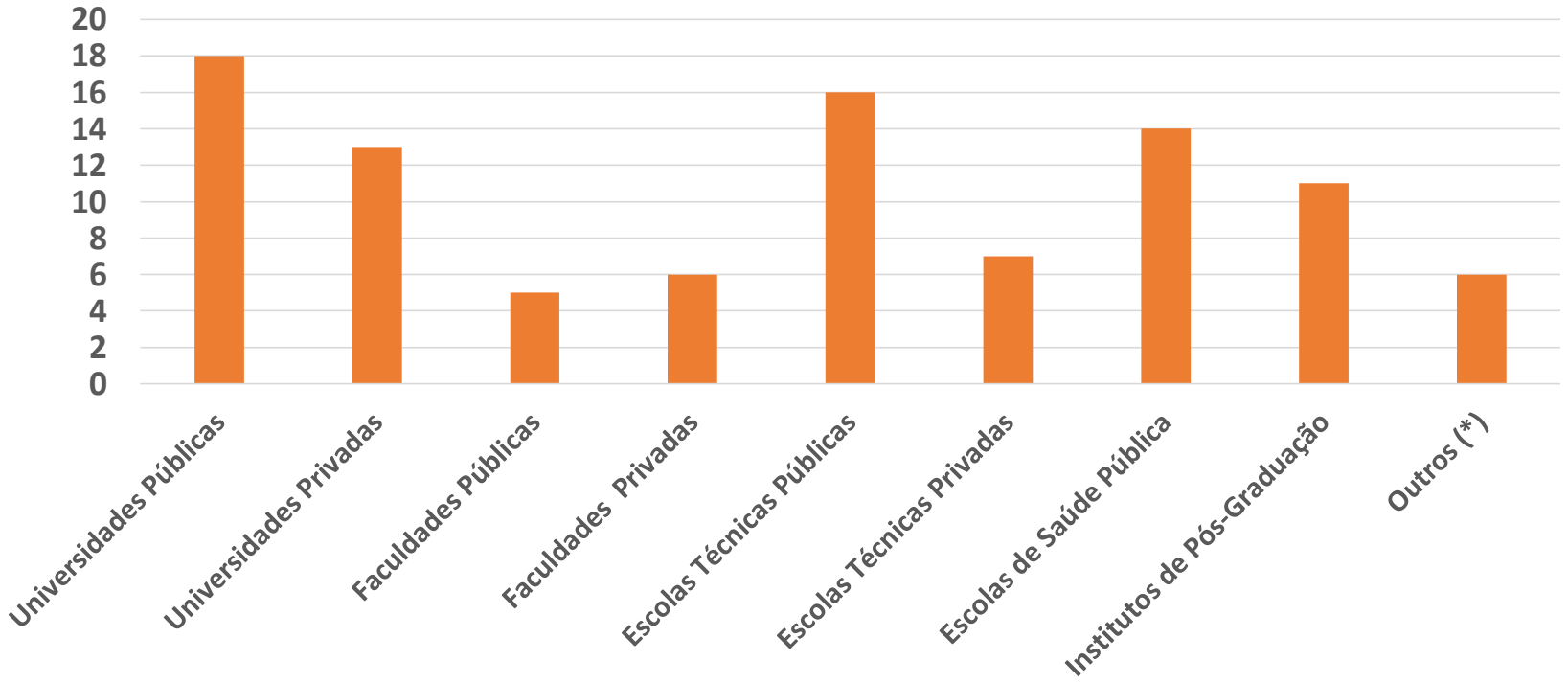
➢ A Escola atende apenas pessoal de nível superior desde a sua criação	**01**
➢ A Escola atende pessoal de nível superior e técnico desde a sua criação	**16**
➢ A Escola atende pessoal de nível superior desde a sua criação e passou a atender pessoal de nível técnico após integração com Escola Técnica	**02**

2. Caracterização da Direção da Escola: Perfil do Dirigente

Sexo	
Feminino	16
Masculino	3
Maior titulação	
Mestrado Profissional	6
Mestrado Acadêmico	7
Especialização	4
Doutorado	2
Vinculação institucional	
Integrante do quadro permanente	8
Nomeado especificamente para esta função	7
Cedido por outro órgão	4
Tipo de vínculo	
CLT	1
DAS/cargo comissionado	8
Estatutário	10
Faixa etária	
25-25 anos	1
36-45 anos	8
46-55 anos	4
56-65 anos	5
65 anos ou mais	1
Tempo no cargo atual	
11-15 anos	1
De 6 a 10 anos	3
De 1 a 5 anos	9
Menos de 1 ano	6
Experiência anterior de gestão em outras instituições de ensino	
Sim	11
Não	8
Experiência anterior de docência em outras instituições de ensino	
Sim	18
Não	1
Experiência anterior em outras funções no sistema de saúde	
Sim (gestão ; assistência; ensino; controle social	18
Não	1

Parcerias Institucionais

Tipos de Instituições parceiras das Escolas de Saúde Pública. Brasil, 2019



– (*) Escolas de governo; Filantrópicas e Comunitárias; Rede de Escolas de Saúde Pública; Fundações públicas; SEBRAE

Critérios, parcerias institucionais e tipos de apoio

Critérios utilizados para a definição das instituições de ensino parceiras	
Instituições existentes nas Regiões de Saúde	17
Competência Técnica	18
Distribuição Regional	6
Domínio de conhecimento em área específica	14
Instituições que certificam os cursos	9
Disponiobilidade de cenário de prática	1
As atividades que a Secretaria de Saúde apoia as Escolas de Saúde Pública	
Definição das ofertas educativas	13
Infraestrutura	11
Logística	11
Execução das ofertas educativas	12
Divulgação das ofertas educativas	15
Seleção das instituições de ensino para a execução das ofertas	8
Outras atividades	9
A SES não apoia	1
As atividades que as instituições parceiras apóiam as Escolas de Saúde Pública	
Definição das ofertas educativas	3
Infraestrutura	11
Logística	7
Execução das ofertas educativas	16
Divulgação das ofertas educativas	9
Outras atividades	11

Cursos Ofertados pelas Escolas de Saúde Pública

Observou-se uma variedade de ofertas formativas, de diferentes níveis, dirigidas a todas as categorias profissionais e aos mais diferentes níveis de escolaridade, a saber:

- ✓ Mestrado profissional
- ✓ Cursos de especialização
- ✓ Residências médicas em diferentes áreas e especialidades
- ✓ Residência multiprofissional
- ✓ Curso de especialização profissional técnica
- ✓ Cursos técnicos e cursos de menor duração nas modalidades aperfeiçoamento, atualização
- ✓ Cursos livres
- ✓ Cursos variados sem especificação definida

Organização e Planejamento

Certificação dos cursos ofertados?	
Todos	**8**
Alguns	**11**
Existência de regimento interno próprio	
Sim	**17**
Não	**2**
Existência de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	
Sim	**17**
Não	**2**
Período da última atualização do PDI	
Nos últimos três anos	**7**
Entre 3 e 5 anos	**5**
Existência de Projeto Político Pedagógico (PPP)	
Sim	**16**
Não	**3**
Período da última atualização do PPP	
Nos últimos três anos	**9**
Entre 3 e 5	**3**
Há mais de cinco anos	**2**
Não se aplica	**2**
Existência de Sistema de Gestão Acadêmica	
Sim	**9**
Não	**10**
Atividades que a Escola realiza	
Formação	**18**
Consultoria	**4**
Pesquisa	**17**
Extensão	**12**
Outras (*)	**7**

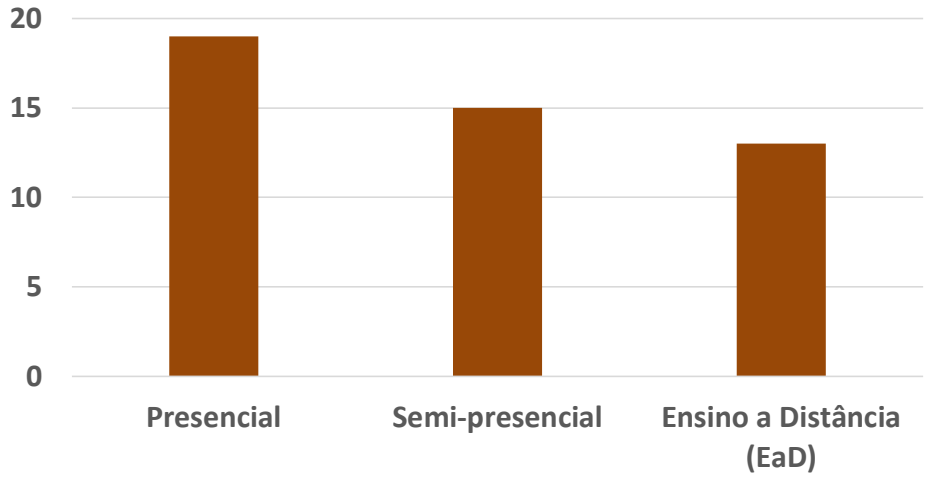
Outras atividades

Foram também pontuadas:

- Atuação em diferentes instâncias em âmbito nacional, estadual e municipal
- Integram instâncias do controle social
- Atuação na integração ensino-serviço-comunidade
- Atuação nos cenários de prática
- Participação em processos seletivos e de eventos diversos.

Modalidades e Periodicidade das ofertas educativas

Modalidade	Periodicidade		
	Regular	Sob demanda	Não oferta
Educação permanente	13	6	-
Educação continuada	9	8	2
Curso Técnico Profissional	7	5	7
Aperfeiçoamento	8	9	2
Especialização	11	6	2
Residência	13	2	4
Mestrado Profissional	1	1	17
Mestrado Acadêmico			19
Doutorado			19
Cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)		2	17
Educação em Saúde para a população	2	12	5



Definição das Ofertas Educativas e Público Alvo

Como são definidas as ofertas educativas?	
Por solicitação da gestão do SUS	**18**
Por solicitação dos trabalhadores do SUS	**15**
Pelas necessidades de saúde identificadas no território	**18**
Pactuação na CIR/CIB	**16**
Pactuação na CIES	**13**
Para qual público as ofertas educativas são disponibilizadas?	
Trabalhadores do SUS local (municipal ou estadual)	**4**
Todos os trabalhadores do SUS	**10**
Estudantes e/ou trabalhadores da saúde	**4**
Acesso livre	**1**

Ações e estratégias de comunicação e divulgação

A Escola desenvolve ações de comunicação e divulgação?	
Não	1
Sim, apenas online	6
Sim, por meios físicos e online	12
Quais são os canais de comunicação com os trabalhadores e a comunidade utilizados pela Escola?	
Correio Eletrônico	15
YouTube	5
Facebook	14
Twitter	6
WhatsApp	14
Instagram	8
Sítio eletrônico (Site)	18
Folders, Cartazes, Banners, Outdoors e similares	13
Correspondência escrita (Ofício, Memorando, Ofício Circular etc.)	17
Outras (*)	2

(*) Intranet e visitando as unidades para divulgação

Estratégias de comunicação e divulgação

- 03 Escolas informaram não possuir site institucional

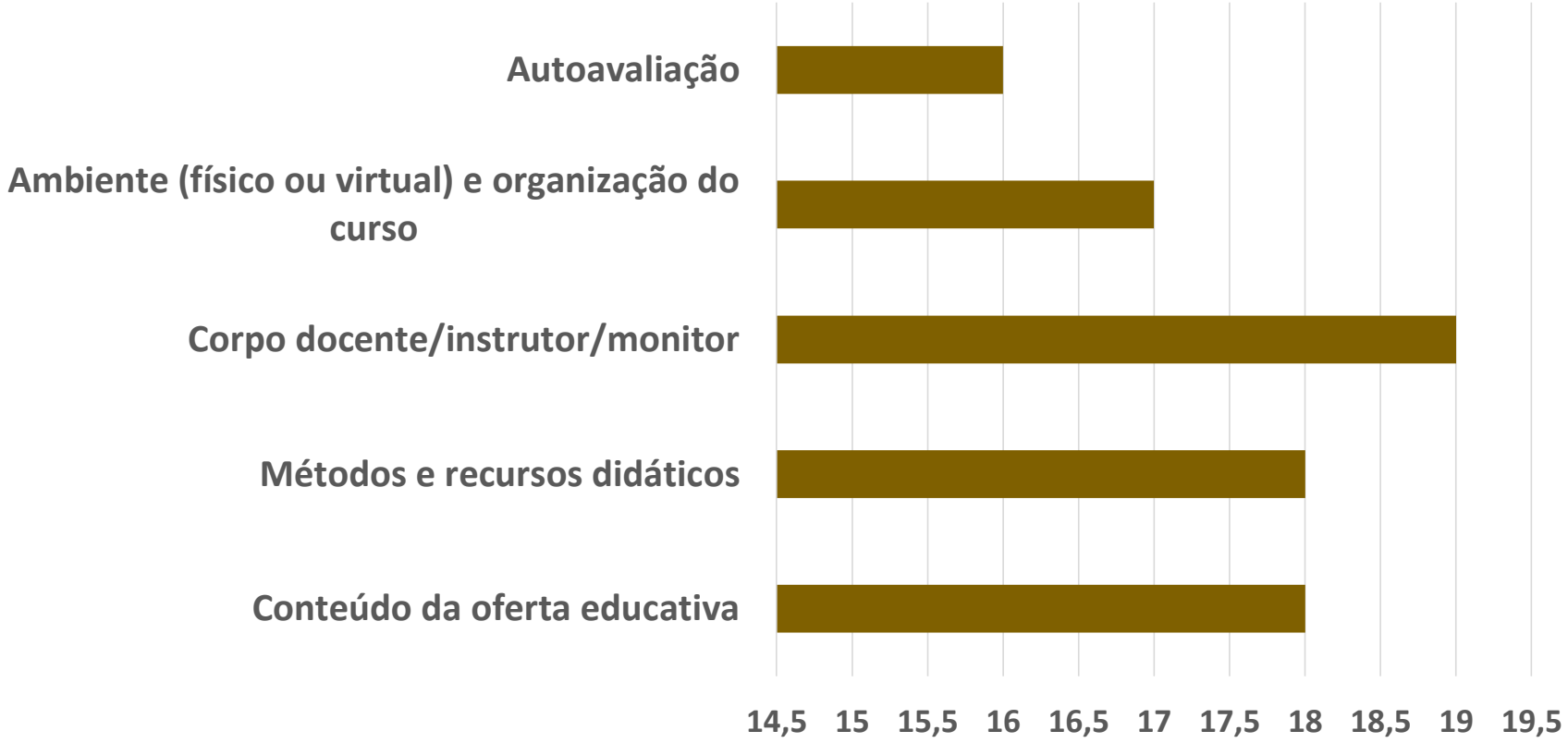
Quem tem por função desenvolver as atividades de divulgação online na Escola de Saúde Pública?	
Alguém da Escola de Saúde Pública que desempenha apenas esta função	4
Alguém da Escola de Saúde Pública que desempenha esta e outras funções	14
A Escola não desenvolve atividades de divulgação online	1
Com que frequência o site e/ou redes sociais são atualizados?	
Não temos site ou páginas nas redes sociais	1
Mensalmente	3
Pelo menos 1 x por semana	8
Diariamente	7
A Escola de Saúde Pública tem revista científica ou boletim de notícias (físico ou digital)?	
Não	7
Sim. Temos revista e boletim	1
Sim. Apenas revista científica	8
Sim. Apenas boletim de notícias	3
A Escola de Saúde Pública participa de editais de pesquisa de agências de fomento?	
Sim	11
Não	8

Avaliação e monitoramento

A Escola realiza atividades de monitoramento (acompanhamento rotineiro) e avaliação das ofertas educativas?	
Não	1
Sim, apenas monitoramento	4
Sim, apenas avaliação	1
Sim, monitoramento e avaliação	13
Quais os itens são monitorados e/ou avaliados pela Escola?	
Insumos (recursos financeiros, humanos e materiais)	11
Atividades desenvolvidas (ofertas educativas)	17
Resultados imediatos das atividades (número de cursistas, número de egressos etc.)	16
Efeitos das atividades na população-alvo (conhecimento e competências adquiridas)	5
Impactos das atividades (mudanças nos indicadores de saúde, nas práticas de saúde etc.)	2
Acompanhamento de egressos	2

Avaliação e monitoramento

Itens avaliados pelos cursistas e egressos de ofertas educativas



Gestão orçamentária e financeira

A Escola é unidade orçamentária?	
Sim	7
Não	12
A escola tem orçamento próprio?	
Sim	8
Não	11
A Escola possui autonomia orçamentária e financeira?	
Sim	6
Não	10
Sim, somente orçamentária	3
Existe algum entrave jurídico administrativo para execução financeira?	
Não	13
Sim	6
Do total do orçamento, quanto foi executado pela Escola no ano de 2018?	
Menos de 50%	11
De 50 a 75%	4
De 75 a 100%	4
Qual a origem dos recursos financeiros para manutenção e custeio da Escola?	
Do governo federal	13
Do governo estadual/Distrito Federal	13
Do governo municipal	7
De captação própria (Agências de fomento)	2
Outras (*)	5

Gestão orçamentária e financeira

Definição da dotação orçamentária financeira da Escola:

Estaduais

- Lei Orçamentária Anual elaborada pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado considerando o planejamento anual das ações a serem executadas pela ESP.
- LDO/LOA da SES
- Orçamento Anual da Secretaria
- Mediante estimativa de receita pactuada com órgãos federais, estaduais, municipais e retomando com instituições internacionais e instituições privadas.
- Ações do PPA/2126: Formação, Aperfeiçoamento e Aprimoramento de Pessoal para o SUS
- Planejamento ascendente do corpo técnico da ESP
- Por meio do Plano Plurianual de Ação Governamental
- Pelos instrumentos de Gestão: LDO, PPA, PTA e PTM.
- PPA, PLOA, PAS
- Por meio de instrumentos estipulados pela SES. Recursos atribuídos do orçamento da SES; recursos especiais adicionais ou complementares e outras transferências que venham a ser concedidas pelo Estado.
- Contrato Estatal de Serviços celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde

Gestão orçamentária e financeira

Definição da dotação orçamentária financeira da Escola:

Municipais

- Lei orçamentária anual
- Fundo municipal de saúde do município
- Através da Fundação mantenedora - via Secretária de Saúde
- SMS
- Orçamento da SMS
- LOA E LDO
- Recursos oriundos de testes seletivos e parcerias público privadas

Gestão orçamentária e financeira

Entraves jurídicos administrativo para a execução financeira

- 05 ESP estaduais e uma municipal apontaram a existência de entraves jurídicos administrativos para a execução financeira da escola.
- Questões relativas a:
  - Falta de autonomia
  - Legislação
  - Dificuldade para o pagamento de docentes não vinculados às esferas estadual e municipal ou a outras secretarias do estado
  - Necessidade de liberação de cota financeira por parte da Secretaria da Fazenda
  - Entraves burocráticos do Estado.
- Um dos respondentes informou já haver elaborado uma minuta de decreto no sentido de resolver o problema do pagamento de horas aulas para os servidores.

Gestão orçamentária e financeira

Outra origem dos recursos financeiros para manutenção e custeio da escola

- Convênios; ajustes e acordos
- Emenda parlamentar
- Contrapartida dos estágios realizados por instituições de ensino privadas nas unidades SES
- Tesouro municipal
- SUS
- Captação própria
- Testes seletivos e parcerias público-privadas

Gestão orçamentária e financeira

Órgão responsável pela gestão e execução dos recursos financeiros

ESP Estaduais

- Gestão realizada pela escola em conjunto com a Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho Educação na Saúde; a execução financeira é viabilizada pelas Secretarias de Gestão Estratégica e Participativa e Executiva Administrativa Financeira da secretaria
- Secretaria Estadual de Saúde
- Financeiro Superintendência Recursos Humanos
- Diretoria Administrativo-Financeira/ESP/CE
- Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
- Secretaria de Estado de Saúde
- A própria escola
- Coordenadoria de Administrativa Escolar
- Fundo Estadual de Saúde
- Setor financeiro da ESP e Fundo Estadual de Saúde
- Secretaria Estadual de Saúde
- A própria fundação

Gestão orçamentária e financeira

Órgão responsável pela gestão e execução dos recursos financeiros

ESP Municipais:

- Fundo Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Saúde
- Fundação de Saúde Pública de Iguatu – FUSPI
- Secretaria Municipal de Saúde / Escola Municipal de Saúde
- Coordenação administrativa financeira da secretaria municipal de saúde
- A própria instituição
- Secretaria de Saúde

Gestão orçamentária e financeira

A Escola possui política de captação de receitas próprias?	
Sim	3
Não	16
A Escola dispõe de política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais e/ou estrangeiras?	
Sim	9
Não	10
Você considera que os recursos orçamentários e financeiros disponíveis são suficientes para o funcionamento de todas as atividades da Escola?	
Sim	5
Não	14

Opinativas

Grau de Autonomia do Dirigente da Escola de Saúde Pública

Atividades	Pouca autonomia	Muita autonomia	Nenhuma autonomia
Contratação de docente	4	13	2
Utilização de recursos financeiros	8	9	2
Execução dos projetos pactuados pela PNEPS	4	13	2
Estratégias de comunicação e divulgação das ofertas, pesquisas etc.	1	18	

Opinativas

Percepção do dirigentes em relação aos instrumentos de gestão

Instrumentos	Facilita a gestão	Não altera	Não é utilizado
Avaliação Pedagógica	16		3
Avaliação de desempenho de egressos	9		10
Sistema de Gestão acadêmica	11		8
Conectividade	16	1	2
PDI	14		5
PPP	16	1	2
Regimentos e Normas e ou Regulamento da Escola	17	1	1
Estratégias Gestão participativa	15	1	3

Opinativas

Quais áreas da estrutura física da Escola você considera que apresentam fragilidades que dificultam a gestão e/ou o desenvolvimento das atividades da Escola?	
Área Construída	11
Mobiliário	11
Infraestrutura de Informática e Internet	12
Equipamentos	14
Biblioteca e acesso a periódicos e a bases de dados	12
Segurança da escola e prevenção de incêndio	9
Hidráulica, Iluminação	9
Ventilação, climatização	7
Acessibilidade no entorno e dentro da Escola	12
Outras (*)	4

(*) Ambiência - faltam cortinas e películas de vidro para melhorar as salas de aula.
Inexistência de auditório e uso do espaço destinado a biblioteca para este fim
Local cedido e compartilhado com outra escola pública
Necessitamos de reforma geral, pois a edificação tem 19 anos.

Avaliação da tendência de fusão das escolas de saúde pública com as Escolas Técnicas do SUS

- Outros fatores foram apontados pelos dirigentes, para corroborar a postura positiva e favorável acerca desta possibilidade, tais como:
  - a fusão ajudaria a assegurar uma gestão eficiente dos recursos;
  - a fusão é positiva, considerando a ampliação do escopo educacional em saúde;
  - a fusão propicia a integração de ambas as áreas, o que resulta no desenvolvimento dos profissionais da rede de saúde que compartilham do trabalho da escola, acarretando melhoria na qualidade de atenção à saúde da população usuária da rede;
  - a fusão é importante para o fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente

Avaliação da tendência de fusão das escolas de saúde pública com as Escolas Técnicas do SUS

- Fusão é positiva desde que a autonomia seja preservada e as identidades institucionais mantidas.
- Oferta de cursos e as atividades devem estar em consonância com as necessidades do SUS local, e voltadas ao fortalecimento da atenção primária à saúde.
- Reconhecimento dos desafios deste processo.
- Ao considerar que o princípio da economicidade pública se apresenta como um caminho potente, outro dirigente aponta os desafios representados pelos entraves administrativos para a execução orçamentária. Tal situação pode se constituir como um fator crítico para o sucesso do processo de integração.

Comentários

- Críticas em relação ao instrumento utilizado para a coleta dos dados relativos às escolas, particularmente ao questionário enviado, tais como:
  - Ausência de resposta em alguns itens, totalmente adequada às especificidades da escola, o que fez com que fossem selecionadas as opções mais próximas da realidade da mesma.
  - Não investigação de questões que vem influenciando ao longo dos últimos anos o processo de fortalecimento ou enfraquecimento das escolas de saúde pública, relacionadas à correlação de forças no âmbito dos Estados, competição entre formação e assistência num cenário de crise econômica e num contexto de tendências de redução das políticas públicas.
- Um dos dirigentes justificou a não execução total do orçamento destinado à escola devido ao pouco tempo de criação da mesma.
- Houve também escola que pontuou estar honrada em participar deste projeto
- Uma escola reconhecendo sua ampla necessidade de melhora se colocou aberta para aprender e ensinar.

Implicações para o projeto

Considerando:

- a diversidade e a heterogeneidade em relação aos aspectos organizacionais, gerenciais, administrativos, operacionais e de abrangência territorial e de ações que as ESP apresentam;
- a potencialidades para desenvolver e articular parcerias e, de forma coordenada, propor e executar estratégias de intervenção no campo da formação e desenvolvimento dos trabalhadores, gestores e controle social à luz dos conceitos e princípios da EPS;

Há que se pensar na definição de uma marco normativo, com critérios mínimos e protocolos para o seu funcionamento.

Podemos pensar

- pactuar coletivamente um conceito e/ou os elementos chaves que definam uma estrutura de ensino como Escola de Saúde Pública;
- rever inconsistências verificadas em algumas respostas ao survey, e entre as respostas ao *survey* e o averiguado nos documentos analisados;
- realizar oficinas com os dirigentes das ESP para lançarmos mão de um dispositivo metodológico previsto pelo apoio institucional em saúde, conforme verificado na revisão da literatura sobre o tema;
- desencadear processos coletivos de planejamento e de construção participativa para a elaboração de diretrizes e orientações metodológicas como forma de fornecer apoio técnico e institucional para as ações e processos estruturados de educação nos âmbitos estadual, regional e\ou municipal

Vamos construir os próximos passos

OBRIGADA!